

NBC TG 1000 (R1)

CONTABILIDADE PARA
PEQUENAS E MÉDIAS
EMPRESAS

Volume 01



CRCSP

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Introdução

1. Para que serve e por que o CFC emitiu a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas?

Em 2008 o Brasil aderiu oficialmente ao padrão internacional de contabilidade emitido pelo IASB para elaboração de demonstrações contábeis de todas as empresas, sejam elas de grande porte ou de pequeno porte.

Às normas gerais aplicadas às empresas de grande porte são complexas e exigem controles que acabam, algumas vezes, onerando a parte administrativa das empresas devido à necessidade de controles operacionais que permitam informações completas e confiáveis para o registro contábil e pessoal técnico qualificado e constantemente atualizado. Como as pequenas e médias empresas nem sempre tem estrutura administrativa compatível com o grau de exigência das normas completas foi emitida esta norma aplicável às pequenas e médias empresas.

Portanto, o objetivo desta norma é facilitar a divulgação de demonstrações contábeis pelas pequenas e médias empresas de acordo com o padrão internacional sem gerar custos que não sejam compensados pelo benefício da informação gerada, mas mantendo a mesma base aplicável às empresas de grande porte.

A norma foi emitida a partir do The International Financial Reporting Standard for Small and Medium-sized Entities (IFRS for SMEs) emitido pelo IASB.

2. O que é IASB e qual a diferença entre o CPC e o CFC?

O IASB (International Accounting Standards Board) é o órgão técnico internacional responsável pela emissão dos IFRS (International Financial Reporting Standards) Padrão de Relatórios Financeiros Internacionais. O IFRS é padrão que deve ser seguido por todas as em-

presas que divulgam demonstrações financeiras para os usuários externos conhecidos por stakeholders que são partes interessadas formadas por investidores e credores em nível global.

O CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis é o órgão técnico brasileiro, formado por representantes da ABRASCA, APIMEC NACIONAL, BOVESPA, Conselho Federal de Contabilidade, FIPECAFI; e IBRACON e tem o objetivo de emitir pronunciamentos, interpretações e orientações baseadas no padrão internacional de relatórios financeiros (IFRS).

O CFC – Conselho Federal de Contabilidade é o órgão legal responsável por orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil, por intermédio dos Conselhos Regionais de Contabilidade e editar as NBC - Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional.

Resumindo, o IASB emite as IFRS, o CPC emite Pronunciamentos baseados nas IFRS e o CFC emite Resoluções transformando os Pronunciamentos em NBC com o mesmo número e conteúdo dos CPC.

O IASB emitiu o The International Financial Reporting Standard for Small and Medium-sized Entities (IFRS for SMEs), o CPC emitiu o Pronunciamento CPC PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas com Glossário de Termos e o CFC emitiu a Resolução CFC N.º 1.255/09 aprovando a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

A Resolução CFC n.º 1.329/11 alterou a sigla e a numeração da Norma de NBC T 19.41 para NBC TG 1000 e em 2016 editou a Resolução NBC TG 1000 (R1) atualizando a versão original.

Seção 1

Pequenas e Médias Empresas

1. Quais empresas se enquadram na categoria PME de acordo com a NBC TG 1000 (R1)?

De acordo com esta norma, pequenas e médias empresas são empresas que:

- (a) não têm obrigação pública de prestação de contas;

A empresa tem responsabilidade pública quando seus instrumentos de dívida, por exemplo, debêntures, ou patrimoniais, por exemplo, ações, são trocados em mercado de ações ou estiver no processo de emissão de tais instrumentos para troca em mercado de ações (em bolsa de valores nacional ou estrangeira ou em mercado de balcão, incluindo mercados locais ou regionais) ou se possuir ativos em condição fiduciária perante grupo amplo de terceiros como um de seus principais negócios. Esse é o caso típico de bancos, cooperativas de crédito, companhias de seguro, corretoras de seguro, fundos mútuos, bancos de investimento, etc.

- (b) elaboram demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos.

Usuários externos são investidores, acionistas ou cotistas, que não estão envolvidos na administração do negócio, credores existentes e potenciais, tais como: fornecedores de bens, dinheiro e serviços, e agências de avaliação de crédito.

2. As empresas que fazem parte de grupos econômicos podem se enquadrar como PME?

Não se classificam como PME as empresas abrangidas pelos itens A e B anteriores que estejam enquadradas pela Lei nº. 11.638/07 como sociedades de grande porte.

A Lei nº. 11.638/07 classifica como Grande Porte, para os fins exclusivos desta Lei, a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, ativo total superior a R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

Caso a empresa faça parte de um grupo econômico cuja controladora seja obrigada a prestação pública de suas contas, mesmo que individualmente não atinja os limites anteriores, não poderá se enquadrar como PME para fins de elaboração de demonstrações contábeis.

Seção 2

Conceitos e Princípios Gerais

1. Qual a importância desta seção?

Esta seção define o objetivo das demonstrações contábeis, seus usuários e os conceitos básicos para sua elaboração.

Esta seção representa a base de todas as seções que compreendem esta norma e é uma versão simplificada da IFRS Framework (conceitos básicos) que gerou a NBC TG Estrutura Conceitual para a Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro.

O Framework representa para a contabilidade o mesmo que a Constituição Brasileira representa para a legislação brasileira. Não pode haver qualquer lei que não esteja de acordo com a Constituição e não pode haver qualquer norma contábil que não respeite o Framework.

2. Qual o objetivo das demonstrações contábeis elaboradas de acordo com esta norma?

O objetivo das demonstrações contábeis é oferecer informação sobre a posição financeira (balanço patrimonial), o desempenho (resultado e resultado abrangente) e fluxos de caixa da entidade, que seja útil para a tomada de decisão por vasta gama de usuários que não está em posição de exigir relatórios feitos sob medida para atender suas necessidades particulares de informação.

As demonstrações contábeis elaboradas de acordo com esta norma são direcionadas aos usuários externos e são de responsabilidade legal do administrador, pois representam o documento por meio do qual ele está prestando contas aos investidores e credores e de responsabilidade técnica do contador, pois devem ser elaboradas de acordo com as normas brasileiras de contabilidade.

3. Qual a diferença entre posição e desempenho?

A posição patrimonial e financeira está relacionada a um determinado momento. Geralmente, a data de encerramento do exercício social e é representada pelo Balanço Patrimonial.

O desempenho está relacionado ao período do exercício social e é apresentado em duas versões:

Desempenho pela competência: Receitas e Despesas realizadas no período mais ou menos os outros resultados abrangentes que compõem a Demonstração do Resultado Abrangente representando todas as variações do Patrimônio Líquido ao longo do exercício exceto operações com os proprietários.

Desempenho pelos fluxos de caixa: Recebimentos e Pagamentos efetuados ao longo do exercício, classificados de acordo com a atividade (operacional, investimento ou financiamento) demonstrando as variações ocorridas no caixa e equivalentes de caixa.

4. O que são características qualitativas de informação?

Como o nome indica, são características decorrentes do Framework e que servem para conferir qualidade às demonstrações contábeis para que atinjam o objetivo de utilidade para os usuários externos.

No processo de elaboração das demonstrações contábeis, o profissional da contabilidade deve observar e respeitar as seguintes características:

- Compreensibilidade
- Relevância
- Materialidade
- Confiabilidade
- Primazia da essência sobre a forma

- Prudência
- Integralidade
- Comparabilidade
- Tempestividade
- Equilíbrio entre custo e benefício

5. O que é Compreensibilidade e para quem as demonstrações devem ser compreensíveis?

As demonstrações contábeis são elaboradas para usuários externos que não tem acesso aos registros da empresa e podem não ser especialistas em contabilidade.

A forma de tornar a informação compreensível é elaborar notas explicativas apresentando informações complementares às demonstrações contábeis.

Por exemplo, no Balanço pode haver um item no Passivo informando o saldo de empréstimos na data do balanço. Para ser útil, em nota explicativa devem ser divulgadas todas as informações relevantes sobre os empréstimos, como destinação dos recursos, prazos de pagamento, taxa de juros, garantias e outras informações consideradas para o perfeito entendimento da operação.

6. O que significa e qual o critério para determinar a Relevância?

Ao elaborar as demonstrações contábeis, o profissional da contabilidade deve considerar a Relevância da informação para o usuário externo e não para a administração.

Não há critérios objetivos para definir o que é ou não relevante. A Relevância está diretamente relacionada à utilidade das demonstrações contábeis. É relevante tudo que possa auxiliar e influenciar as decisões dos usuários, como confirmar o retorno de seu investimento e fazer previsões para decidir se deverá ou não continuar investindo ou financiando a empresa.

7. O que é Materialidade e qual a diferença para Relevância?

A materialidade geralmente está relacionada ao valor dos fatos que serão informados aos usuários. A Relevância está mais relacionada à natureza dos fatos.

Geralmente, fatos de valor elevado são Materiais e tem relevância para as decisões dos usuários. Entretanto, pode haver fatos cujo valor não seja material, mas possa influenciar as decisões.

Por exemplo, durante o exercício a empresa lançou um novo produto cujas vendas representaram apenas 1% das vendas do período, mas a administração julga que esse produto deverá ser o principal produto da empresa nos próximos exercícios. Portanto, a informação não tem valor material, mas é relevante para quem vai tomar decisão.

Esta análise é primordial para decidir sobre a divulgação ou não de irregularidades e distorções nas demonstrações contábeis.

8. O que significa Confiabilidade?

As demonstrações contábeis devem ser completas e confiáveis para que sejam úteis.

Deve haver neutralidade na decisão de divulgar ou omitir informações relevantes. Informações negativas sobre a empresa não devem deixar de ser divulgadas por poderem levar os usuários a tomar decisões que não sejam de interesse dos administradores, assim como informações positivas não devem ser divulgadas com ênfase exagerada.

9. A primazia da essência sobre a forma significa exatamente o quê?

Na versão atualizada do Framework, esta característica é chamada apenas de essência, pois apenas a essência das operações torna útil e confiável a informação.

A forma é o documento que nem sempre representa a realidade dos fatos. Por exemplo, uma Nota Fiscal de Venda a Prazo é o documento que formaliza uma operação de venda. Entretanto, na essência, uma operação de venda a prazo compreende duas operações: uma operação comercial e uma operação de financiamento. Ao precificar o produto, as empresas embutem juros no preço a prazo. Portanto, as normas contábeis determinam que quando houver diferença relevante entre o preço à vista e o preço a prazo, essa diferença deve ser segregada da operação comercial e apropriada como receita financeira em regime de competência.

Para efeito tributário, geralmente prevalece a forma sobre a essência. Para atender às normas contábeis que privilegiam a essência e as normas tributárias que exigem o reconhecimento das operações pela forma, o registro contábil das operações deve ser feito por meio de subcontas que possibilitem o controle e atendimento a ambas as normas.

10. A Prudência não foi eliminada do Framework?

Sim. A versão atual do Framework não considera mais o critério de escolha do menor valor para os ativos e do maior para os passivos.

Entretanto, a Prudência nos julgamentos deve ser observada não se confundindo com pessimismo. Os julgamentos devem ser baseados em fatos e evidências principalmente na análise de perda de valor recuperável de ativos e de classificação de obrigações incertas decorrentes de processos trabalhistas, tributários ou judiciais.

11. A Integralidade elimina omissões ou ficções?

As demonstrações contábeis devem ser completas e confiáveis. Não pode haver ativos ou passivos omitidos ou fictícios.

Ativos e Passivos omitidos são bens, direitos e obrigações que existem, mas não foram declarados, tais como, dinheiro decorrente de

vendas sem nota e obrigações trabalhistas como férias a pagar não registradas em regime de competência.

Ativos e Passivos fictícios são bens, direitos e obrigações que não existem, mas foram declarados, tais como, estoques vendidos e não baixados e obrigações já liquidadas e não baixadas.

Portanto, para serem íntegras, as demonstrações contábeis não devem conter omissões ou ficções.

12. A Comparabilidade visa permitir que tipo de comparação?

Para definir tendências, ou seja, identificar se a empresa está melhorando ou piorando é necessário comparar as demonstrações de, no mínimo, dois momentos, no caso do balanço e dois períodos no caso dos fluxos de caixa e resultados abrangentes.

Para que essa comparabilidade seja possível é necessário que haja consistência na aplicação das normas contábeis. Quando houver mudança nas práticas ou nas políticas contábeis, os efeitos devem ser divulgados para que a comparabilidade não seja prejudicada.

Também é necessário que haja comparabilidade entre empresas. Para isso é necessário que as empresas de um mesmo grupo econômico ou de um segmento operacional utilizem práticas e políticas contábeis uniformes.

13. A Tempestividade está relacionada ao tempo de quê?

A Tempestividade envolve dois aspectos: a confiabilidade e a utilidade das demonstrações contábeis.

As empresas tem um tempo para divulgação de suas demonstrações após a data de encerramento de seu exercício social. Por exemplo, as companhias abertas podem divulgar suas demonstrações até 90 dias após a data de encerramento do exercício social. Para as companhias

fechadas, o prazo é de 120 dias.

Portanto, uma companhia fechada que encerre seu exercício social em 31 de dezembro pode divulgar suas demonstrações até 30 de abril.

Quanto antes houver a divulgação, ela será mais útil, pois os usuários dependem da informação para a tomada de decisões. Entretanto, como a pressa é inimiga da perfeição, caso a divulgação ocorra sem a devida verificação das informações ela pode conter imperfeições que prejudiquem os usuários levando-os a tomar decisões equivocadas.

14. O que significa Equilíbrio entre custo e benefício?

Elaborar e divulgar as demonstrações contábeis gera custos para as empresas e benefícios para os usuários.

As empresas precisam de sistemas de informações e de profissionais capacitados para controle e registro das operações e elaboração das demonstrações. Quanto mais complexas sejam as atividades da empresa e mais completas e confiáveis sejam as demonstrações maior será o custo da empresa e maior será o benefício para os usuários que disporão de informações confiáveis a tempo de tomar suas decisões.

Por outro lado, a empresa também será beneficiada, pois quanto maior for a qualidade de suas informações maior será a facilidade de captar recursos a um custo menor de capital.

15. O que é Balanço Patrimonial e qual a data base de sua elaboração?

O Balanço patrimonial é a principal peça contábil e representa a posição patrimonial e financeira de uma entidade num determinado momento, geralmente, a data de encerramento do exercício social.

O Exercício Social é o período de 12 meses definido no contrato social das sociedades por cota de responsabilidade limitada ou no estatuto

das sociedades por ações ao término do qual o administrador deve prestar contas aos investidores e credores da entidade.

O Exercício Social não deve ser confundido com o Exercício Fiscal que é o período de doze meses ao término do qual as pessoas jurídicas e físicas devem prestar contas ao fisco.

O Exercício Fiscal deve coincidir com o ano civil começando em 1 de janeiro e terminando em 31 de dezembro de cada ano.

O Exercício Social deve ser encerrado de acordo com o ciclo operacional da empresa. Por exemplo, uma empresa que fabrica e vende sorvetes tem o ciclo operacional concluído ao término do verão. Portanto, seu Exercício Social deveria ser encerrado em 31 de março ou 30 de abril de cada ano.

O Balanço Patrimonial é composto de Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.

16. O que deve ser classificado como Ativo?

Ativo é definido como:

Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.

No Ativo devem ser apresentadas as aplicações de recursos em bens e direitos. Basicamente, há três fontes principais de recursos:

Investidores: aplicam dinheiro na forma de capital

Credores: aplicam dinheiro, bens e serviços

Operações: geram dinheiro e direitos para a empresa

Conforme a definição, para que um bem ou direitos seja reconhecido no Ativo é necessário que atenda a três critérios: Controle, Evento

Passado e Benefício Econômico futuro.

17. Para controlar um bem ou direito é necessário ter a propriedade?

Geralmente, o controle está associado à posse e propriedade, mas não necessariamente.

O controle sobre um recurso não depende de posse ou propriedade. De acordo com as normas contábeis, o controle do ativo refere-se à capacidade de determinar o uso do ativo e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes do ativo. O controle inclui a capacidade de evitar que outras entidades direcionem o uso do ativo e obtenham benefícios desse ativo.

Conforme parágrafo anterior, o conceito de controle é amplo e depende do entendimento e interpretação dos fatos contábeis e da essência das operações. Seguem alguns exemplos:

Operação: Arrendamento financeiro

Partes da operação: Arrendador e Arrendatário

Forma: Contrato de aluguel

Essência: Compra financiada

Propriedade do bem: Arrendador

Posse do bem: Arrendatário

Controle do bem: Arrendatário, pois pode usar o bem e obter benefícios.

Não pode vender, pois não é proprietário.

Reconhecimento no Ativo: Arrendatário

Operação: Comodato com prazo definido

Partes da operação: Comodante e Comodatário

Forma: Empréstimo gratuito de bem que deve ser devolvido no tempo convencionado pelas partes.

Essência: Empréstimo

Propriedade do bem: Comodante

Posse do bem: Comodatário

Controle do bem: Comodante, pois o comodatário somente poderá usar o bem de acordo com os termos do contrato.

Reconhecimento no Ativo: Comodante

18. Quando ocorre evento que gera ativo?

Os ativos são gerados por eventos ocorridos na expectativa de que os ativos vão gerar Benefícios Econômicos no futuro. Por exemplo:

Evento passado: Compra de matéria prima

Ativo: Estoque de matéria prima que será transformada em produtos

Benefício esperado: Caixa decorrente da venda dos produtos

Evento passado: Compra de mercadoria

Ativo: Estoque de mercadoria que será revendida

Benefício esperado: Caixa decorrente da venda das mercadorias

Evento passado: Compra de máquina para produção

Ativo: Imobilizado que será usado para transformar matéria prima em produtos

Benefício esperado: Caixa decorrente da venda dos produtos

Evento passado: Venda a prazo de mercadorias

Ativo: Duplicatas a receber

Benefício esperado: Caixa decorrente do recebimento das duplicatas

19. O que é Benefício Econômico?

De forma simples, podemos definir Benefício Econômico como Dinheiro.

A aplicação de recursos em bens e direitos no ativo é feita na expectativa de que ao serem realizados, vão gerar para a empresa novos recursos em valor maior do que foi aplicado. Logicamente, não haverá aplicação de recursos na expectativa de obtenção de recursos em valor menor do que foi aplicado.

Sempre é necessário entender a operação para identificar o momento da obtenção do benefício na forma de dinheiro. Por exemplo:

Operação: Compra à vista de uma máquina para uso na produção

Aplicação de recursos: Dinheiro que foi trocado pela máquina

Benefício econômico esperado: Dinheiro que será obtido quando forem vendidos os bens que serão produzidos pela máquina.

Conclusão: O uso da máquina na produção não gera dinheiro, gera bens que serão estocados na expectativa de que gerarão benefícios quando forem vendidos.

Operação: Compra à vista de matéria prima

Aplicação de recursos: Dinheiro que foi trocado pela matéria prima que será estocada

Benefício econômico esperado: Dinheiro que será obtido quando forem vendidos os bens que serão produzidos com a utilização da matéria prima.

Conclusão: A transformação da matéria prima em produtos não gera dinheiro, gera bens que serão estocados na expectativa de que gerem benefícios quando forem vendidos.

Operação: Venda a prazo de mercadorias ou produtos

Aplicação de recursos: Bens que foram entregues aos clientes em troca de direitos que serão trocados por dinheiro em momento futuro.

Benefício econômico esperado: Dinheiro que será obtido quando forem recebidos os direitos decorrentes das vendas a prazo.

Conclusão: A operação de venda a prazo não gera dinheiro, gera direitos que serão que gerarão benefícios quando forem recebidos.

20. O que deve ser apresentado no Passivo?

Conforme definição da norma:

Passivo é uma obrigação atual da entidade como resultado de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera resulte na saída de recursos econômicos.

No Passivo devem ser apresentadas as obrigações existentes na data do Balanço, ou seja, na data de encerramento do Exercício Social.

Há obrigações nesse momento porque a empresa executou operações no passado e não efetuou os pagamentos.

Para liquidar essas obrigações, haverá saída de recursos econômicos que, de forma simples, podemos interpretar como dinheiro. Por exemplo:

Evento passado: Compra a prazo de estoques

Obrigação presente: Duplicatas a pagar

Recursos econômicos que sairão: Dinheiro para liquidar a duplicata na data de vencimento

Evento passado: Consumo de serviços de colaboradores

Obrigação presente: Salários e encargos a pagar

Recursos econômicos que sairão: Dinheiro para liquidar os salários e recolher os encargos na data de vencimento

Evento passado: Consumo de serviços de terceiros

Obrigação presente: Contas a pagar

Recursos econômicos que sairão: Dinheiro para liquidar a conta na data de vencimento

Evento passado: Recebimento adiantado de cliente para entrega futura de bens ou serviços

Obrigação presente: Entregar bens ou prestar serviços

Recursos econômicos que sairão: Bens e serviços que serão entregues ou prestados. Para liquidar essa obrigação haverá saída de Dinheiro adquirir os bens que serão entregues ou prestar os serviços.

21. Qual a diferença entre Conta a Pagar e Provisão?

As obrigações podem ser classificadas como contas a Pagar ou Provisões.

Conta a Pagar é uma obrigação cujo pagamento é certo porque houve um evento passado e a empresa não tem alternativa que não seja pagar a obrigação. Por exemplo:

- Duplicatas a pagar decorrente de compras a prazo
- Empréstimos a pagar decorrente de operações financeiras
- Salários e encargos a pagar decorrente do consumo dos serviços dos colaboradores
- Contas a pagar decorrentes de consumo de energia elétrica e serviços de terceiros
- Tributos a recolher decorrentes das operações da empresa

Provisão é uma obrigação cujo pagamento é incerto porque houve um evento passado, mas o pagamento depende de evento futuro fora do controle da empresa. Apesar de incerto, é provável que haja o pagamento. Por exemplo:

- Indenizações decorrentes de processos trabalhistas cuja decisão provavelmente será contra a empresa
- Gastos para consertar produtos vendidos que provavelmente apresentarão defeitos no prazo de garantia.

22. O que são Obrigações Legais e Obrigações não Formalizadas?

A Obrigação Legal, como o nome indica, decorre da aplicação de uma lei. Por exemplo:

- Obrigações trabalhistas decorrem de contratos amparados legislação trabalhista
- Obrigações tributárias decorrem da legislação tributária
- Obrigações comerciais decorrem de contratos comerciais ampara-

dos por legislação comercial

- Obrigações financeiras decorrem de contratos de empréstimos e financiamentos amparados pela legislação financeira.
- Obrigações por garantia de produtos decorrentes de vendas amparadas pelo código do consumidor e legislação comercial.

Obrigações não formalizadas, também chamada de obrigação construtiva decorre das práticas usuais da empresa que geram para terceiros a expectativa de que ela cumprirá determinadas obrigações. Por exemplo:

- Obrigação de pagar gratificações a funcionários não previstas na legislação trabalhista, mas decorrente de práticas usuais da empresa.
- Obrigação de cuidar dos jardins de uma praça pública que a empresa espontaneamente sempre cuidou e divulgou essa prática.
- Obrigação de devolver o dinheiro da venda de produtos a clientes aos quais divulgou que devolveria o dinheiro caso não ficassem satisfeitos com o produto, mesmo que os mesmos não apresentem defeitos.

23. O que é Patrimônio Líquido e o que ele representa?

O Patrimônio Líquido é o valor dos Ativos da empresa menos os Passivos em determinado momento.

De forma simplista, podemos considerar que o Patrimônio Líquido representa a riqueza da empresa mensurada de acordo com as normas contábeis, pois se a empresa fosse liquidada realizaria os ativos, liquidaria os passivos e o que sobrasse seria a riqueza que seria distribuída aos proprietários de acordo com a participação de cada um no capital da empresa.

24. Qual a composição do Patrimônio Líquido?

O Patrimônio Líquido é composto pelos recursos que vieram dos sócios representados pela conta Capital Social, mais as Reservas decorrentes de lucros que não foram distribuídos, mais determinados Ajustes de Avaliação Patrimonial representados pela conta de Outros

Patrimônio líquido		
Conta	Origem	\$
Capital social	Recursos provenientes dos proprietários	10.000
Reservas	Lucros de exercícios anteriores que foram distribuídos	2.000
Outros Resultados Abrangentes	Ajustes de Avaliação de determinados Ativos e Passivos	1.000
Resultados Acumulados	Resultados de Exercícios anteriores e Resultado do Exercício que não foram destinados para reservas nem para distribuição aos proprietários	500
Total		500
O total do Patrimônio Líquido deve coincidir com o total dos Ativos menos o total dos Passivos		

Resultados Abrangentes e o Resultado Acumulado representado pelo Resultado do Exercício e os resultados de exercícios anteriores.

25. Qual a diferença entre Posição e Desempenho?

A Posição de um determinado momento é representada pelo Balanço Patrimonial e deve ser apresentada de forma comparativa com o momento anterior para que os usuários possam verificar a tendência da empresa.

A melhora ou piora da situação atual em relação a anterior decorre do desempenho da empresa no período.

O desempenho do período pode ser demonstrado e analisado de duas formas:

Desempenho pela Competência representado pela Demonstração dos Resultados Abrangentes que evidencia o aumento ou redução do Patrimônio Líquido da empresa.

Desempenho pelos Fluxos de Caixa que evidencia o aumento ou redução no saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa.

26. Como é demonstrado o Desempenho pela Competência?

O Desempenho pela competência é representado pela Demonstração do Resultado Abrangente que abrange todas as alterações no Patrimônio Líquido exceto as operações que envolveram os proprietários.

A Demonstração do Resultado Abrangente tem a seguinte composição:

- Resultado do Exercício: Receitas menos Despesas
- Outros Resultados Abrangentes: Ajustes de Avaliação de determinados Ativos e passivos.

27. O que é Receita?

Receita é a contraprestação que a empresa recebe ou tem direito a receber em decorrência de suas operações. A norma define Receita como:

Receita propriamente dita é um aumento de patrimônio líquido que

se origina no curso das atividades normais da entidade e é designada por uma variedade de nomes, tais como vendas, honorários, juros, di-

Operação	Gera
Venda de produtos e mercadorias	Receita de Vendas
Prestação de Serviços	Receita de Serviços
Aplicação financeira	Receita Financeira
Aluguel de bens	Receita de Aluguel
Venda de bens de uso	Outras Receitas
Participação societária em outras empresas	Receita de dividendos Receita de Equivalência Patrimonial

videndos, lucros distribuídos, royalties e aluguéis.

Como visto, a Receita é originada das operações da empresa e classificada de acordo com a natureza da operação. Por exemplo:

Importante não confundir Receita com Recebimento. Toda Receita gera Recebimento, mas não necessariamente no mesmo período.

Operação	Receita	Recebimento
Venda de mercadorias à vista	Receita de Vendas à vista	No mesmo período, pois a venda foi à vista e gerou recebimento imediato

Venda de Mercadorias a prazo	Receita de Vendas a prazo	No período seguinte, pois neste período a empresa passará a ter um direito que será recebido no período seguinte.
Prestação de serviços recebidos antecipadamente	Receita de Serviços	Em períodos anteriores quando a empresa recebeu o adiantamento do cliente

A Receita deve ser reconhecida no período em que ocorreu a venda de bens ou a prestação de Serviços. O Recebimento pode ocorrer antes, durante ou depois. Exemplo:

28. Quais efeitos que a Realização de Receitas provoca no Patrimônio?

Operação	Resultado	Efeito no Patrimônio
Venda à vista	Receita de vendas à vista	Entrada de dinheiro no Ativo
Venda à prazo	Receita de vendas a prazo	Entrada de direito no Ativo
Atualização de Aplicação financeira	Receita Financeira	Aumento no valor do Ativo
Prestação de serviço recebido antecipadamente	Receita de serviços	Saída da obrigação registrada no Passivo como Adiantamento de Clientes

Atualização negativa de obrigação em moeda estrangeira	Receita de Variação Cambial	Redução no valor do Passivo em moeda estrangeira
--	-----------------------------	--

A Receita provoca aumento no Resultado e, conseqüentemente, no Patrimônio Líquido e em contrapartida entrada ou aumento de ativos ou saída ou redução de passivos. Exemplos:

29. Receita e Ganho são iguais?

Não. Receitas são provenientes das operações da empresa, tais como vendas e prestação de serviços enquanto que os Ganhos são provenientes de outras atividades como, por exemplo, a venda de bens que eram de uso próprio.

A princípio, tudo que aumenta o Resultado é Receita. A classificação como Receita ou Ganho é apenas uma questão de informação, pois ambas provocam o mesmo efeito no Patrimônio.

A classificação mais relevante é Receitas Recorrentes e Não Recorrentes.

Receitas Recorrentes são as que ocorrem rotineiramente em função das atividades da empresa.

Receitas não Recorrentes são eventuais e não estão relacionadas às atividades da empresa e são classificadas como Outras Receitas.

30. O que é Despesa?

Despesa é o reconhecimento do consumo de bens e serviços necessários para realização de Receitas.

A norma define Despesa como:

Despesa é uma redução do patrimônio líquido que surge no curso das atividades normais da entidade.

Importante não confundir Despesa com Pagamento. Toda Despesa gera desembolso, mas não necessariamente no mesmo período.

Operação	Despesa	Desembolso
Consumo de serviços de colaboradores	Despesa de salários	No mesmo período, caso a empresa tenha a política de pagar os salários no último dia do mês
Consumo de serviços de colaboradores	Despesa de salários	No período seguinte, caso a empresa tenha a política de pagar os salários no quinto dia útil do mês subsequente ao consumo.
Utilização de bens nas atividades	Despesa de depreciação	Em períodos anteriores caso a empresa já tenha pagado os bens que estão no imobilizado

A Despesa deve ser reconhecida no período em que ocorreu o consumo de bens e serviços para geração de Receita. O Desembolso pode ocorrer antes, durante ou depois. Exemplo:

31. Quais efeitos que a Realização de Despesas provoca no Patrimônio?

Operação	Resultado	Efeito no Patrimônio
Baixa de estoques que foram vendidos	Custo das Mercadorias Vendidas	Saída do estoque que estava no ativo

Uso de bens nas atividades	Despesa de depreciação	Diminuição de valor do Ativo imobilizado
Consumo de energia elétrica	Despesa de energia elétrica	Entrada de obrigação no Passivo
Atualização positiva de obrigação em moeda estrangeira	Despesa de variação cambial	Aumento do Passivo em moeda estrangeira

A Despesa provoca redução no Resultado e, conseqüentemente, no Patrimônio Líquido e em contrapartida saída ou diminuição de Ativos ou entrada ou aumento de passivos. Exemplos:

32. Despesa e Perdas são iguais?

Não. Despesas são provenientes do consumo de bens e serviços necessários para a geração de receitas e manutenção das atividades da empresa, tais despesas comerciais, administrativas e financeiras enquanto que as Perdas são provenientes de outras atividades como, por exemplo, a baixa de estoques perdidos devido a sinistros.

A princípio, tudo que diminui o Resultado é Despesa. A classificação como Despesa ou Perda é apenas uma questão de informação, pois ambas provocam o mesmo efeito no Patrimônio.

A classificação mais relevante é Despesas Recorrentes e Não Recorrentes.

Despesas Recorrentes são as que ocorrem rotineiramente em função das atividades da empresa.

Despesas não Recorrentes são eventuais e não estão relacionadas às atividades da empresa e são classificadas como Outras Despesas.

33. Em que momento os Ativos, Passivos, Receitas e Despesas devem ser reconhecidos e qual a base de avaliação?

A norma determina que os Ativos, Passivos, Receitas e Despesas devem ser reconhecidos quando atenderem aos seguintes critérios:

- (a) for provável que algum benefício econômico futuro referente ao item flua para ou da entidade; e
- (b) tiver um custo ou valor que possa ser medido em bases confiáveis.

Operação	Resultado: Receitas e Despesas	Patrimônio: Ativo e Passivo	Benefício Futuro	Mensuração
Venda a prazo	Receita de Vendas	Ativo – Entrada de Direito – Duplicatas a Receber	Fluirá para a empresa no momento do recebimento de dinheiro no vencimento	Valor nominal do direito ajustado a valor presente quando a diferença for relevante
Consumo do serviço dos colaboradores	Despesa de salários	Passivo – Entrada de Obrigação – Salários e encargos a pagar	Fluirá da empresa no momento do pagamento no vencimento	Valor da folha de pagamentos e encargos

Como visto anteriormente, há uma relação direta entre Ativos, passivos, Receitas e Despesas. Essa relação pode ser vinculada aos critérios de reconhecimento. Exemplos:

Os Ativos e Passivos são reconhecidos no pressuposto de que a em-

presa está em atividade e que provavelmente continuará operando em tempo suficiente para receber os direitos e pagar as obrigações.

O custo das operações é o valor mais confiável para a mensuração dos direitos e obrigações. Em determinadas circunstâncias não é possível determinar o valor exato dos direitos e obrigações. Nestes casos devem ser usadas estimativas baseadas em evidências confiáveis. Exemplos:

- Valor presente de direitos e obrigações com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações de mercado.
- Estimativa do valor de consumo de energia
- Estimativa das obrigações de férias e 13º salário.

34. Qual a diferença entre Custo e Valor Justo?

Os ativos e passivos podem ser avaliados pelo valor de Custo ou pelo Valor justo, como segue:

Custo Histórico:

Para ativos, o custo histórico representa a quantidade de caixa ou equivalentes de caixa paga ou o valor justo do ativo dado para adquirir o ativo quando de sua aquisição.

Para passivos, o custo histórico representa a quantidade de recursos obtidos em caixa ou equivalentes de caixa recebidos ou o valor justo dos ativos não monetários recebidos em troca da obrigação na ocasião em que a obrigação foi incorrida, ou em algumas circunstâncias (por exemplo, imposto de renda) a quantidade de caixa ou equivalentes de caixa que se espera sejam pagos para liquidar um passivo no curso normal dos negócios.

Valor Justo:

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

A princípio, o custo de aquisição é o valor justo da operação realizada pelas partes, de livre e espontânea vontade, em que não há vantagem para as partes.

O valor justo obtido no mercado deve ser usado quando o custo de aquisição não refletir o valor de mercado, por exemplo, na avaliação de produtos agrícolas.

35. O que é Regime de Competência?

Regime de Competência é o modelo contábil que determina que os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas ou despesas devem ser reconhecidos quando satisfazem as definições e critérios de reconhecimento para esses itens e não quando ocorrem os pagamentos e recebimentos. Por exemplo:

A operação de vendas a prazo deve ser reconhecida como Receita no momento em que, a princípio, os produtos são entregues aos clientes, gerando em contra partida um ativo e não no momento do recebimento do direito que ocorrerá em momento futuro.

O consumo de bens e serviços deve ser reconhecido como Despesa no momento que são consumidos, gerando em contra partida um passivo e não no momento da liquidação da obrigação.

Portanto, o reconhecimento das Receitas e Despesas e, conseqüentemente, a apuração do Resultado do Exercício e os correspondentes ativos e passivos devem ser reconhecido pelo Regime da Competência.

A única peça contábil que não é elaborada de acordo com o Regime de competência é a Demonstração dos Fluxos de Caixa que apresenta os Recebimentos e Pagamentos realizados no período.

Operação	Ativo financeiro	Passivo Financeiro
Empréstimo bancário	Direito para o banco que concedeu o empréstimo	Obrigação para o cliente que tomou o empréstimo
Aplicação financeira	Direito para o cliente que efetuou a aplicação	Obrigação para o banco que captou o recurso

Ativos e Passivos Financeiros são direitos e obrigações decorrentes de contratos que geram Ativos Financeiros para uma empresa e Passivos Financeiros para outra. Por exemplo:

Ativos não financeiros são bens de todos os tipos, como estoques, investimentos, imobilizado e intangível. Passivos não financeiros são obrigações da empresa que serão liquidadas por meio da entrega de bens ou pela prestação de serviços.

37. Como os Ativos e Passivos Financeiros e Não financeiros devem ser avaliados?

Como todos os Ativos e Passivos devem ser mensurados pelo custo de aquisição ou pelo valor justo quando o custo de aquisição não refletir adequadamente o valor justo. Por exemplo:

Ativos Financeiros	Mensuração
Aplicações financeiras	Aplicação inicial mais rendimentos incorridos
Duplicatas a receber	Valor nominal ajustado a valor presente quando o efeito for relevante

Ativos Não Financeiros	Mensuração
Estoques	Custo histórico de aquisição ou transformação
Propriedades para investimento	Custo histórico ou valor justo
Participações societárias	Custo histórico ou equivalência patrimonial
Imobilizado	Custo histórico menos Depreciação Acumulada
Intangível	Custo histórico menos amortização acumulada

Passivos Financeiros	Mensuração
Estoques	Valor inicial mais juros incorridos
Duplicatas a pagar	Valor nominal ajustado a valor presente quando o efeito for relevante
Obrigações trabalhistas	Valor atual das obrigações

Passivos Não Financeiros	Mensuração
Adiantamentos de clientes	Custo histórico dos adiantamentos recebidos ajustados de acordo com cláusulas contratuais

Seção 3

Apresentação das Demonstrações Contábeis

1. As empresas devem divulgar Demonstrações Contábeis ou Demonstrações Financeiras?

A nomenclatura utilizada pelo CFC é Demonstrações Contábeis. Entretanto, a tradução de IFRS é Padrão Internacional de Relatórios Financeiros, pois além das Demonstrações Contábeis elaboradas a partir da escrituração contábil, as Notas Explicativas contém outras informações que não estão registradas na escrituração contábil e são de caráter financeiro e operacional. Por exemplo:

O Balanço Patrimonial contém o saldo das contas do razão contábil, por exemplo, a conta Empréstimo pode apresentar saldo de R\$ 1.000 representando o valor da dívida da empresa perante o banco nesse momento. Na Nota Explicativa sobre o Empréstimo serão apresentadas outras informações que não constam na escrituração contábil e no Balanço, tais como, finalidade do empréstimo, taxa de juros, prazo de pagamento e garantias.

Portanto, o Balanço Patrimonial que contém dados extraídos da escrituração contábil complementado pelas Notas Explicativas formando um conjunto denominado pelo IASB e pela Lei 6404/76 – Lei das Sociedades por Ações como Demonstrações Financeiras.

Neste material será utilizado o termo Demonstrações Contábeis conforme adotado pelo CFC Conselho Federal de Contabilidade para redação das normas.

2. Como os usuários saberão se as Demonstrações Contábeis estão adequadas à norma “Contabilidade para PMEs”?

A empresa deverá divulgar Nota Explicativa, geralmente a nota número 2, declarando a base de elaboração das Demonstrações Contábeis e sua adequação às normas aplicáveis nas circunstâncias. Exemplo de Nota Explicativa:

Nota 02 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

(a) Autorização da divulgação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 201B e 201A estão sendo apresentadas em Reais (R\$) e foram autorizadas pela administração no dia 10 de fevereiro de 201C.

(b) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base: a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Por meio dessa Nota fica declarada a responsabilidade legal da administração e técnica do contador sobre as demonstrações contábeis.

3. Como devem ser divulgadas divergências das Demonstrações Contábeis em relação às normas?

Quando, por qualquer motivo, houver desconformidade das demonstrações em relação às normas, o contador deverá inserir ressalva na Nota Explicativa sobre a adequação informando o que não está de acordo com as normas e, quando aplicável, o efeito sobre as demonstrações.

A redação será feita no mesmo estilo usado pelos auditores quando emitem opinião com ressalva. Exemplo de nota com ressalva:

Nota 02 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

Exceto quanto à estimativa de depreciação do imobilizado que, por determinação da administração, foi calculada com base na tabela de vida útil divulgada pela Receita Federal e não pela estimativa de vida útil conforme exigido pelas normas contábeis, as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Devido a inexistência de estimativa de vida útil do imobilizado não foi possível estimar os efeitos da divergência.

4. O que significa o pressuposto da Continuidade?

As demonstrações devem ser elaboradas sob o pressuposto de que a empresa irá continuar operando por um futuro previsível, a tempo de realizar seus ativos e liquidar suas obrigações.

Quando for identificada alguma ameaça à continuidade, ela deve ser divulgada em Nota Explicativa.

5. O que deve ser considerado como ameaça à Continuidade?

As ameaças à Continuidade dependem de cada situação e devem ser baseadas em fatos devidamente fundamentados. Seguem alguns exemplos de fatos que podem representar ameaças à Continuidade:

Patrimônio Líquido Negativo: quando o valor do Passivo for maior que o valor do Ativo significa que a empresa acumulou prejuízos que superaram o capital e as reservas. Essa situação indica a existência de um Passivo a descoberto, pois a empresa não teria, nesse momento, ativos suficientes para honrar seus compromissos.

Defasagem tecnológica: em determinados segmentos operacionais, por exemplo na área da informática, o desenvolvimento tecnológico

ocorre com rapidez impressionante. Produtos considerados hoje de alta tecnologia, amanhã podem se tornar obsoletos. A falta de atualização ou desenvolvimento de novos produtos pode indicar ameaça a continuidade.

Perda de mercado: O mercado é muito dinâmico e podem surgir concorrentes com produtos similares oferecidos por preços menores ou crise econômica que causem perda de mercado e redução de vendas.

6. Como devem ser divulgadas as ameaças à Continuidade?

As ameaças à Continuidade devem ser divulgadas em Nota Explicativa para que os usuários considerem o fato em suas análises e previsões. Exemplo de Nota Explicativa:

Nota Explicativa – Continuidade operacional

C companhia incorreu no prejuízo de R\$ ZZZ mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 20X1 e, nessa data, o passivo circulante da companhia excedeu o total do ativo em R\$ YYY mil. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da companhia.

7. Para análise de Continuidade qual prazo deve ser considerado como futuro previsível?

Não há prazo definido como futuro previsível. Depende de julgamento considerando as circunstâncias. A norma determina que a administração deve levar em consideração toda a informação disponível sobre o futuro, que é o período mínimo, mas não limitado, de doze meses a partir da data de divulgação das demonstrações contábeis.

8. Quando as Demonstrações Contábeis devem ser divulgadas?

O Código Civil brasileiro determina que os administradores devam prestar contas de sua gestão anualmente, ao término de cada exercício social, conforme definido no Contrato Social das Sociedades por Cota de Responsabilidade Limitada. O Código Civil e as normas contábeis não estabelecem prazo para divulgação.

As Sociedades por Ações devem realizar Assembleia Ordinária para prestação das contas até 120 dias após a data de encerramento do exercício social e que as Demonstrações contábeis devem estar à disposição dos interessados 30 dias antes da data da assembleia.

Portanto, o prazo geral para divulgação é, no máximo, 90 dias após a data de encerramento do exercício social respeitando o prazo de 30 dias antes da assembleia de acionistas ou da reunião de cotistas que vão analisar e julgar as contas.

10. As Demonstrações Contábeis devem ser divulgadas de forma comparativa?

Sim. Para permitir que os usuários identifiquem a tendência é necessário a divulgação de, no mínimo, dois momentos para o Balanço Patrimonial e dois períodos para a Demonstração do Resultado Abrangente e a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Na primeira coluna, a empresa deve divulgar os saldos relativos ao Exercício Social que está sendo encerrado e na coluna ao lado os saldos relativos ao Exercício Social imediatamente anterior. Por exem-

EMPRESA XYZ			
Balanço Patrimonial			
Posição Patrimonial e Financeira em 31 de dezembro			
	NOTA	2018	2017
ATIVO			
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes	4	17.943	5.608
Títulos e Valores Mobiliários	5	2.151	2.354

Contas a Receber de Clientes	6	45.386	16.512
Estoques	7	31.650	5.350
Outros Ativos		1.855	2.270
Total do Circulante		98.985	32.094
Ativo Não-Circulante			
Realizável Longo Prazo:			
. Contas a Receber de Coligadas	8	2.670	4.380
. Ativo fiscal diferido	9	688	264
Subtotal		3.358	4.644
Investimentos	10	5.857	3.980
Imobilizado	11	31.098	15.670
Intangível	12	1.975	460
Total do Não circulante		42.288	24.754
Total do Ativo		141.273	56.848
As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras			

plo:

11. O que deve ser feito quando houver alteração nas normas contábeis que afetem a comparabilidade das Demonstrações Contábeis?

Quando houver alteração nas normas contábeis que afetem a comparabilidade das Demonstrações Contábeis, as demonstrações do exercício anterior devem ser rerepresentadas com ajustes referentes aos novos critérios contábeis, como se já estivessem em vigor no exercício anterior.

Esses ajustes, quando aplicáveis, devem ser contabilizados na data de abertura do exercício social em que as normas entraram em vigor. A contrapartida dos ajustes nos Ativos e Passivos será feita diretamente no Patrimônio Líquido na conta de Resultados Acumulados. Exemplo:

EMPRESA XYZ				
Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de:				
Ativo	Nota	2.018	2.017	2.016
Ativo Circulante				
			Reapresentados	
Caixa e Equivalentes	4	10	9	11
Instrumentos financeiros	5	15	17	5
Duplicatas a Receber	6	128	94	102
Estoques	7	270	230	185
Outros Ativos	8	26	28	12

Em Nota Explicativa devem ser divulgados os motivos dos ajustes e os respectivos efeitos.

12. Em qual o nível de detalhe as Demonstrações Contábeis devem ser apresentadas?

As Demonstrações contábeis devem ser apresentadas de forma sintética agrupando itens de natureza ou função distinta.

Em Nota Explicativa devem ser apresentados a composição de cada item das Demonstrações Contábeis com o nível de detalhamento e informações suficientes para que os usuários compreendam o que está

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de:		2.018	2.017
Ativo	Nota		
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	X	900	750

Nota Explicativa X – Caixa e equivalentes de caixa		2.018	2.017
Caixa		50	20
Bancos		350	530
Aplicações financeiras		500	200
Total		900	750
Texto explicativo para cada item relevante.			
O total da Nota deve coincidir com o total do item no Balanço patrimonial.			

sendo apresentado. Exemplo:

A empresa deve evitar a divulgação de itens nas Demonstrações Contábeis com nomes genéricos como Outras Contas a Receber ou Obrigações Diversas.

Caso seja necessário, o saldo desses itens genéricos não deve exceder a 10% do total do grupo e sua composição deve ser apresentada em Nota Explicativa.

13. Quais itens compõem as Demonstrações Contábeis?

De acordo com as normas, o conjunto completo de demonstrações contábeis da entidade deve incluir todas as seguintes demonstrações:

- (a) Balanço Patrimonial ao final do período (Exercício social);
- (b) Demonstração do Resultado do período de divulgação;
- (c) Demonstração do Resultado Abrangente do período de divulgação;
- (d) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o período de divulgação;
- (e) Demonstração dos Fluxos de Caixa para o período de divulgação;

(f) Notas Explicativas, compreendendo o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias.

Identificação das demonstrações contábeis

13. Como as Demonstrações Contábeis devem ser identificadas e quais outras informações devem ser incluídas?

A entidade deve identificar claramente cada demonstração contábil e notas explicativas e distingui-las de outras informações eventualmente apresentadas no mesmo documento. As Demonstrações contábeis devem conter:

- (a) o nome da entidade às quais as demonstrações contábeis se referem, bem como qualquer alteração que possa ter ocorrido nessa identificação desde o término do exercício anterior;
- (b) se as demonstrações contábeis se referem a uma entidade individual ou a um grupo de entidades;
- (c) a data de encerramento do período de divulgação e o período coberto pelas demonstrações contábeis;
- (d) a moeda de apresentação, conforme definido na Seção 30 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis;
- (e) o nível de arredondamento, se existente, usado na apresentação de valores nas demonstrações contábeis.

A entidade deve divulgar as seguintes informações nas notas explicativas:

- (a) o domicílio e a forma legal da entidade, seu país de registro e o endereço de seu escritório central (ou principal local de operação, se

diferente do escritório central);

(b) descrição da natureza das operações da entidade e de suas principais atividades.

Geralmente, essas informações são apresentadas na Nota Explicativa 1 conforme exemplo apresentado a seguir:

Smart Óleo Ltda.

Notas Explicativas

Nota 01 – Contexto Operacional

A Empresa Smart Óleo é uma sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Atibaia, Estado de São Paulo e tem como principais operações os serviços de lubrificação automotiva e a comercialização de lubrificantes e filtros de automóveis.

Seção 4

Balanço Patrimonial

1. O que o Balanço Patrimonial representa?

O Balanço Patrimonial é uma das principais peças contábeis e representa a posição patrimonial e financeira da entidade num determinado momento. A data de encerramento do Exercício social é o momento refletido no Balanço oficial da entidade, mas essa peça também pode ser elaborada em outras datas, de acordo com as necessidades dos usuários.

A peça chama Balanço porque o total do Ativo no qual são apresentadas as aplicações de recursos deve ser igual ao total das fontes desses recursos representadas pelo Passivo e pelo Patrimônio Líquido.

Resumindo: $\text{Ativo} = \text{Passivo} + \text{Patrimônio Líquido}$.

2. O que o deve ser apresentado no Balanço Patrimonial?

No Balanço Patrimonial devem ser apresentadas aplicações de recursos em bens e direitos que atendam aos critérios de reconhecimento (controle, evento passado e expectativa de ingresso de benefícios futuros), as fontes de terceiros que atendam aos critérios de reconhecimento (obrigações presentes, evento passado e expectativa de saída futura de recursos) e o valor residual dos Ativos menos os Passivos representado pelo Patrimônio Líquido.

Os principais componentes do Balanço Patrimonial são:

Ativo	Principais bens e direitos
a) Caixa e Equivalentes de caixa	Dinheiro em caixa, saldos bancários e aplicações financeiras prontamente disponíveis
b) contas a receber e outros recebíveis	Direitos decorrentes de operações com clientes
c) ativos financeiros (exceto os mencionados nos itens (a), (b), (j) e (k))	Aplicações financeiras não classificadas como equivalentes de caixa
d) estoques	Bens destinados a comercialização, transformação ou consumo.
e) ativo imobilizado	Bens corpóreos destinados ao uso
f) propriedade para investimento mensurada ao custo menos depreciação acumulada	Bens destinados a renda ou valorização de capital avaliados ao custo
g) propriedade para investimento, mensurada pelo valor justo por meio do resultado	Bens destinados a renda ou valorização de capital avaliados ao custo
h) ativos intangíveis	Bens incorpóreos destinados ao uso
i) ativos biológicos, mensurados pelo custo	Animais ou plantas vivos avaliados pelo valor de custo
j) ativos biológicos, mensurados pelo valor justo	Animais ou plantas vivos avaliados pelo valor de mercado

k) investimentos em coligadas.	Participações em empresas com influência na administração
l) investimentos em empreendimentos controlados em conjunto;	Participações em empreendimentos controlados em conjunto (joint venture)
Passivo	Principais obrigações
m) fornecedores e outras contas a pagar	Obrigações decorrentes de compras e atividades operacionais
n) passivos financeiros (exceto os mencionados nos itens (l) e (p));	Obrigações decorrentes de empréstimos e financiamentos
o) passivos e ativos relativos a tributos correntes	Obrigações tributárias que serão pagas no próximo período
p) tributos diferidos ativos e passivos (devem sempre ser classificados como não circulantes)	Obrigações tributárias decorrentes de exclusões temporárias
q) provisões	Obrigações incertas que dependerão de eventos futuros
Patrimônio Líquido	Valor residual do ativo menos o Passivo
r) participação de não controladores, apresentada no grupo do patrimônio líquido, mas separadamente do patrimônio líquido atribuído aos proprietários da entidade controladora	Participação de não controladores destacada no Balanço consolidado

s) patrimônio líquido pertencente aos proprietários da entidade controladora.	Participação dos controladores destacada no Balanço patrimonial composta de Capital, Reservas, Outros Resultados Abrangentes e Resultados Acumulados
---	--

Além dos itens apresentados no quadro anterior outros itens podem ser incluídos de acordo com a atividade da empresa e relevância de valores.

3. Qual o critério para segregar o Circulante do Não Circulante?

As contas do Ativo devem ser apresentadas em ordem de liquidez decrescente e as do Passivo em ordem de exigibilidade também decrescente.

A entidade deve classificar como circulantes os bens, direitos e obrigações que espera realizar ou liquidar durante o próximo ciclo operacional normal da entidade. Quando o ciclo operacional normal da entidade for menor que doze meses (exercício social) deverá classificar como circulante todos os bens, direitos e obrigações que espera realizar ou liquidar durante o próximo exercício social.

Resumindo, a entidade deve considerar como prazo do circulante o próximo ciclo operacional ou o exercício social (doze meses), dos dois, prevalecerá o de maior prazo. Geralmente, o prazo do Exercício Social é maior que o do ciclo operacional.

Os itens que serão agrupados ou destacados no Balanço Patrimonial dependerão de julgamento baseado na avaliação de todas as seguintes informações:

- (a) dos valores, natureza e liquidez dos ativos;
- (b) da função dos ativos na entidade; e

(c) dos valores, natureza e prazo dos passivos.

4. Há um modelo padronizado de Balanço Patrimonial?

Não. A entidade deve apresentar o Balanço Patrimonial considerando os critérios definidos nas normas e as peculiaridades de sua atividade. Para fins ilustrativos, apresentamos o seguinte exemplo:

EMPRESA XYZ			
Balanço Patrimonial			
Posição Patrimonial e Financeira em 31 de dezembro			
	NOTA	2018	2017
ATIVO			
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes	4	17.943	5.608
Títulos e Valores Mobiliários	5	2.151	2.354
Contas a Receber de Clientes	6	45.386	16.512
Estoques	7	31.650	5.350
Outros Ativos		1.855	2.270
Total do Circulante		98.985	32.094
Ativo Não-Circulante			
Realizável Longo Prazo:			
. Contas a Receber de Coligadas	8	2.670	4.380
. Ativo fiscal diferido	9	688	264
Subtotal		3.358	4.644
Investimentos	10	5.857	3.980
Imobilizado	11	31.098	15.670
Intangível	12	1.975	460
Total do Não circulante		42.288	24.754
Total do Ativo		141.273	56.848
As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras			

EMPRESA XYZ			
Balanço Patrimonial			
Posição Patrimonial e Financeira em 31 de dezembro			
	NOTA	2018	2017
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo Circulante			
Fornecedores	13	21.660	7.450
Obrigações trabalhistas	14	3.444	900
Obrigações tributárias	9	10.601	2.680
Empréstimos e Financiamentos	15	39.300	12.230
Provisões	16	519	128
Outros Passivos	17	3.770	3.450
Passivo societário	18	8.922	890
Total do Circulante		88.217	27.728
Passivo Não-Circulante			
Empréstimos e Financiamentos	15	2.900	3.640
Passivo fiscal diferido	9	1.700	0
Debêntures	19	1.200	0
Total do Não Circulante		5.800	3.640
Patrimônio Líquido			
Capital Social	20	29.380	22.000
Reservas		4.658	3.480
Dividendos adicionais		9.657	0
Ajustes de Avaliação Patrimonial		3.561	
Total do Patrimônio Líquido		47.256	25.480
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		141.273	56.848
As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras			

5. Quais notas explicativas relativas ao Balanço Patrimonial devem ser apresentadas?

A entidade deve apresentar todas as Notas Explicativas que julgar necessárias para que os usuários compreendam a natureza, as funções

e os valores dos itens apresentados no Balanço Patrimonial.

A título ilustrativo, a norma apresenta as seguintes informações que devem ser apresentadas nas Notas Explicativas:

Ativo – Principais Notas Explicativas

- (a) ativo imobilizado, nas classificações apropriadas para a entidade;
- (b) contas a receber e outros recebíveis, demonstrando separadamente os valores relativos a partes relacionadas, valores devidos por outras partes, e recebíveis gerados por receitas contabilizadas pela competência, mas ainda não faturadas;
- (c) estoques, demonstrando separadamente os valores de estoques:
 - (i) mantidos para venda no curso normal dos negócios;
 - (ii) que se encontram no processo produtivo para posterior venda;
 - (iii) na forma de materiais ou bens de consumo que serão consumidos no processo produtivo ou na prestação de serviços;

Passivo – Principais Notas Explicativas

- (d) fornecedores e outras contas a pagar, demonstrando separadamente os valores a pagar para fornecedores, valores a pagar a partes relacionadas, receita diferida, e encargos incorridos;
- (e) provisões para benefícios a empregados e outras provisões;
- (f) grupos do patrimônio líquido, como por exemplo, prêmio na emissão de ações, reservas, lucros ou prejuízos acumulados e outros

itens que, conforme exigido por esta Norma, são reconhecidos como resultado abrangente e apresentados separadamente no patrimônio líquido.

Patrimônio Líquido – Principais Notas Explicativas

Sociedades por Ações (SA)

- (a) para cada classe de capital representado por ações:
 - (i) quantidade de ações autorizadas;
 - (ii) quantidade de ações subscritas e totalmente integralizadas, e subscritas, mas não totalmente integralizadas;
 - (iii) valor nominal por ação, ou que as ações não têm valor nominal;
 - (iv) conciliação da quantidade de ações em circulação no início e no fim do período.
 - (v) direitos, preferências e restrições associados a essas classes, incluindo restrições na distribuição de dividendos ou de lucros e no reembolso do capital;
 - (vi) ações da entidade detidas pela própria entidade ou por controladas ou coligadas;
 - (vii) ações reservadas para emissão em função de opções e contratos para a venda de ações, incluindo os termos e montantes;
- (b) descrição de cada reserva incluída no patrimônio líquido.

Sociedades por Cotas de Responsabilidade Limitada (Ltda.)

A Ltda. deve divulgar informação equivalente à exigida para as SA, evidenciando as alterações durante o período em cada categoria do patrimônio líquido, e os direitos, preferências e restrições associados com cada uma dessas categorias.

Seção 5

Demonstração do Resultado e Demonstração do Resultado Abrangente

1. Qual o objetivo da Demonstração do Resultado e Demonstração do Resultado Abrangente?

Estas peças contábeis apresentam o Desempenho da entidade pelo regime da Competência.

O regime da Competência determina que os itens são reconhecidos como ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas ou despesas quando satisfazem as definições e critérios de reconhecimento para esses itens, independentemente do momento do recebimento ou do pagamento decorrente da liquidação desses itens.

O principal objetivo é possibilitar aos usuários identificar as causas da alteração no Patrimônio Líquido (riqueza da entidade) entre o início e o final do período que está sendo encerrado.

2. A Demonstração do Resultado Abrangente abrange exatamente o quê?

A Demonstração do Resultado Abrangente abrange todas as operações que afetaram o Patrimônio Líquido durante o exercício, exceto as operações que envolveram os proprietários, como aporte de capital e distribuição de lucros.

Basicamente, a Demonstração do Resultado Abrangente é formada pelo Resultado do Exercício e pelos Outros Resultados Abrangentes decorrentes de ajustes nos Ativos e Passivos apropriados diretamente no Patrimônio Líquido.

3. A Demonstração do Resultado e a Demonstração do Resultado Abrangente são a mesma demonstração?

Não. A Demonstração do Resultado do Exercício apresenta todas as receitas realizadas e as despesas incorridas no exercício, reconhecidas pelo regime da competência contábil e tem o objetivo de demonstrar o desempenho da entidade decorrente de suas operações.

A Demonstração do Resultado Abrangente tem o objetivo de demonstrar a alteração no Patrimônio Líquido da entidade decorrente de suas operações (Resultado do Exercício) e os Outros Resultados Abrangentes decorrentes de ajustes de determinados ativos e passivos.

4. Qual a estrutura da Demonstração do Resultado Abrangente?

A Demonstração do Resultado Abrangente começa com a última linha da Demonstração do Resultado seguida dos outros resultados abrangentes. Que foram registrados diretamente no Patrimônio Líquido e que, portanto, afetaram a riqueza da entidade, mas não transitaram pelo Resultado.

5. Afinal o que são outros resultados abrangentes?

De acordo com a norma, há quatro tipos de outros resultados abrangentes que devem ser reconhecidos como parte do resultado abrangente:

- (i) alguns ganhos e perdas provenientes da conversão de demonstrações contábeis de operação no exterior (ver Seção 30 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis)

Estes ganhos e perdas decorrem de participações societárias no exterior que devem ser convertidas de moeda estrangeira para a moeda nacional e não devem ser confundidos com variação cambial de direi-

tos e obrigações que é apropriada como receita ou despesa financeira.

- (ii) alguns ganhos e perdas atuariais (ver Seção 28 – Benefícios a Empregados);

Estes ganhos e perdas decorrem da atualização atuarial do Passivo decorrente de plano de benefício definido. Dificilmente uma PME terá esse tipo de operação.

- (iii) algumas mudanças nos valores justos de instrumentos de hedge (ver Seção 12 – Outros Tópicos sobre Instrumentos Financeiros);

Estes ganhos e perdas decorrem do ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros que, em função do modelo de negócios da entidade não sejam classificados como avaliados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado.

- (iv) mudanças dos ganhos de reavaliação para imobilizado mensuradas de acordo com o método de reavaliação, se permitida por lei (ver Seção 17 – Ativo Imobilizado). (Incluído pela NBC TG 1000 (R1))

A legislação brasileira atual não permite o reconhecimento de reavaliação do imobilizado. Esse ajuste somente é permitido na adoção inicial das normas e está normatizado pela ITG 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento.

6. O que são receitas e despesas recorrentes e não recorrentes?

Receitas e despesas recorrentes são originadas das operações usuais da entidade e ocorrem com frequência, tais como receita de vendas, despesas administrativa e comerciais.

Receitas e despesas não recorrentes são esporádicas, tais como, ven-

da de bens de uso e perdas e indenizações decorrentes de sinistros. São classificadas na linha de Outros Resultados Operacionais.

7. O que são operações continuadas e descontinuadas?

Operações continuadas são aquelas que a empresa pretende continuar realizando enquanto que as descontinuadas se referem a operações que não serão continuadas, por exemplo, descontinuidade de segmento de negócio.

A entidade deve divulgar separadamente na Demonstração do Resultado as receitas e despesas decorrentes de operações continuadas e descontinuadas líquida de impostos.

8. O que significa classificar as despesas por função e por natureza?

Natureza é o que foi consumido nas atividades operacionais, por exemplo, serviços de colaboradores, encargos sociais, material em geral, energia elétrica, depreciação de bens, etc.

Função é para que os recursos foram consumidos, por exemplo, produção de bens, administração da entidade, comercialização e financiamento.

Na Demonstração do Resultado as despesas devem ser classificadas por função.

As despesas devem ser demonstrada por natureza em Nota Explicativa.

9. Qual a estrutura da Demonstração do Resultado?

A Demonstração do Resultado deve apresentar as Receitas e Despesas, de forma dedutiva. Os principais itens da Demonstração do Resultado são:

Item	Conteúdo
(a) receitas;	Receitas de vendas e serviços líquidas de tributos incidentes sobre as vendas e serviços, devoluções e abatimentos comerciais que devem ser apresentados em Nota Explicativa.
(b) custo dos produtos, das mercadorias ou dos serviços vendidos;	Custo de Aquisição das Mercadorias Vendidas, Custo de Produção dos Produtos Vendidos e Custos dos Serviços Prestados apurados pelo sistema de Custeio por Absorção.
(c) lucro bruto;	Diferença entre a Receita Líquida e os custos das mercadorias e produtos vendidos e dos serviços prestados
(d) despesas com vendas, gerais, administrativas e outras despesas e receitas operacionais;	Despesas recorrentes das operações normais e outras não recorrentes como ganhos e perdas decorrentes das vendas de bens de uso ou de sinistros.
(e) parcela do resultado de investimento em coligadas (ver Seção 14 – Investimento em Controlada e em Coligada) e empreendimentos controlados em conjunto (ver Seção 15 – Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (<i>Joint Venture</i>)), contabilizada pelo método de equivalência patrimonial;	Participação da entidade nos resultados de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto avaliados pelo Método da Equivalência Patrimonial.
(f) resultado antes das receitas e despesas financeiras;	Lucro bruto menos as despesas recorrentes e não recorrentes e o resultado da equivalência patrimonial

(g) despesas e receitas financeiras;	Encargos financeiros sobre empréstimos e rendimento de aplicações financeiras.
(h) resultado antes dos tributos sobre o lucro;	Resultado das operações líquidos do resultado financeiro
(i) despesa com tributos sobre o lucro excluindo o tributo alocado nos itens (k) deste item e (a) e (b) do item 5.7A (ver item 29.35);	Imposto de Renda e Contribuição social incidentes sobre o resultado das operações continuadas.
(j) resultado líquido das operações continuadas;	Resultado da operações continuadas após os impostos.
(k) valor líquido dos seguintes itens:	
(i) resultado líquido após tributos das operações descontinuadas;	Resultado líquido de operações descontinuadas
(ii) resultado após os tributos atribuíveis à redução ao valor recuperável, ou reversão de redução ao valor recuperável, dos ativos na operação descontinuada (ver Seção 27 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos)	Perdas prováveis ou reversão de perdas prováveis decorrentes de ajustes ao valor recuperável de ativos inerentes às operações descontinuadas.
(l) resultado líquido do período.	Resultado das operações continuadas e descontinuadas líquidas de tributos.

10. Há um modelo padronizado para as Demonstrações do Resultado e do Resultado Abrangente?

Não. A norma apenas apresenta o conteúdo do que deve ser apresentado e a forma estrutural.

Será apresentado a seguir, a título ilustrativo, um modelo que atende às exigências da norma.

Observações sobre a Demonstração do Resultado do Exercício:

EMPRESA XYZ			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
Desempenho pela Competência			
Período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de			
Operações continuadas	Nota	2018	2017
Receita operacional líquida	21	215.800	175.752
Custo das vendas	22	(108.200)	(80.500)
Lucro bruto		107.600	95.252
Despesas Administrativas	22	(46.419)	(42.104)
Despesas Comerciais	22	(24.218)	(18.876)
Outras despesas e receitas		(62)	-
Resultado de participação societária	10	1.800	1.760
Lucro das atividades operacionais		38.701	36.032
Despesas financeiras		(8.469)	(7.350)
Receitas financeiras		948	185
Resultado das atividades continuadas antes do IRCS		31.180	28.867
Despesa tributária	9	(8.570)	(1.186)
Lucro das atividades continuadas após IRCS		22.610	27.681
Resultado das atividades descontinuadas após IRCS		112	-
Lucro Líquido do Exercício		22.723	27.681
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações Financeiras			

Geralmente, as contas são apresentadas de forma sintética e detalhadas nas notas explicativas. No exemplo acima, estão apresentadas de forma mais detalhada para facilitar a identificação.

De acordo com as normas brasileiras e internacionais, a Demonstração do Resultado deve ser iniciada com a Receita Líquida de Vendas, pois os impostos incidentes sobre o faturamento são receitas do governo e não da empresa.

Operações descontinuadas são decorrentes de atividades que não se repetirão no próximo período, por exemplo, eliminação de linha de produtos, fechamento de unidade de produção, etc.

Observações sobre a Demonstração do Resultado do Abrangente:

EMPRESA XYZ			
Demonstração do Resultado Abrangente			
Desempenho pela Competência			
Período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de			
	Nota	2018	2017
Lucro Líquido do Exercício		22.723	27.681
Outros resultados abrangentes			
. Custo atribuído - ICPC 10	11	5.000	
. Tributos diferidos sobre custo atribuído	11	(1.700)	
. Ajuste de Instrumentos Financeiros		87	
. Reclassificação de Instrumentos financeiros		(43)	
. Variação cambial de Investimentos no exterior	10	217	
Resultado Abrangente		26.284	27.681
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações Financeiras			

Resultado abrangente total é a mudança no patrimônio líquido durante um período que resulta de transações e outros eventos que não derivados de transações com os proprietários, tais como aporte de capital e distribuição de lucros.

Inclui o Resultado do Exercício e outros resultados abrangentes registrados diretamente no patrimônio Líquido no grupo de Ajustes de Avaliação Patrimonial.

11. Quais as principais Notas Explicativas relativas s Demonstrações do Resultado e do Resultado Abrangente?

As principais Notas Explicativas são relativas à Receita Líquida e às Despesas por Natureza conforme modelo ilustrativo apresentado a seguir:

Nota 21		Receita Líquida			
		2018	2017		
Receita Operacional Bruta:					
Vendas à vista		28.000	35.000		
Vendas a prazo		262.000	195.000		
		290.000	230.000		
Tributos sobre a Receita:					
ICMS		(43.500)	(34.500)		
IPI		(16.700)	(12.748)		
PIS e COFINS		(5.300)	(4.700)		
Total dos Tributos sobre a Receita		(65.500)	(51.948)		
Devoluções		(8.700)	(2.300)		
Receita Operacional Líquida		215.800	175.752		

Nota 22		Despesas por Natureza			
Natureza dos Custos e Despesas	Custos dos Produtos e Serviços	Despesas Administrativas	Despesas Comerciais	2018	2017
Consumo de matéria prima	62.420			62.420	7.800
Mão de Obra Direta	34.000			34.000	12.300
Despesas de pessoal		32.800	11.500	44.300	12.300
Contribuições ao INSS	4.080	7.800	4.300	16.180	8.300
Depreciação	5.200	795		5.995	4.850
CIF – Custos Indiretos de Fabricação	22.500			22.500	7.980

Propaganda			2.300	2.300	354
Comissões			3.800	3.800	2.300
Fretes			2.318	2.318	1.256
Comunicações		3.200		3.200	2.560
Serviços públicos		1.824		1.824	980
Gastos do período	128.200	46.419	24.218	198.837	60.980
Variação do estoque de:					
. Produtos em processo	(5.800)				
. Produtos acabados	(14.200)				
Custo dos produtos vendidos	108.200				

Seção 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados

1. Qual objetivo e diferença entre a DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a DLPA - Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados?

O Patrimônio Líquido é o valor residual dos Ativos menos os Passivos da entidade em determinado momento e representa a sua riqueza avaliada de acordo com as normas contábeis.

O objetivo da DMPL Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido é apresentar as mudanças no Patrimônio Líquido durante o período tanto em decorrência das operações da entidade quanto de suas operações com os proprietários e dos outros resultados abrangentes.

A DLPA – Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados apresenta apenas as alterações no Patrimônio Líquido em decorrência das operações das entidades.

De forma geral, a DMPL engloba a DLPA e a DRA - Demonstração dos Resultados Abrangentes.

2. A DMPL e DLPA são obrigatórias?

Sim. Entretanto, como a DMPL contém todas as operações da DLPA não é necessário que a DLPA seja apresentada separadamente da DMPL.

Quando o Resultado do Exercício e sua destinação para distribuição de lucros e eventuais ajustes de exercícios anteriores forem as únicas alterações no Patrimônio Líquido durante o exercício, a DLPA conte-

rá todas as informações que seriam apresentadas na DMPL e na DRA - Demonstração dos Resultados Abrangentes a entidade estará dispensada de divulgar a DMPL e a DRA, pois conteriam as mesmas informações divulgadas da DMPL

3. Quais informações devem ser divulgadas na DMPL?

De acordo com a norma, a DMPL deve apresentar todas as operações que afetaram o Patrimônio Líquido durante o exercício, tais como:

Item	Conteúdo
(a) o resultado e os outros resultados abrangentes do período, demonstrando separadamente o montante total atribuível aos proprietários da entidade controladora e a participação dos não controladores;	Estes itens são os mesmos que estão apresentados na DRA – Demonstração dos Resultados Abrangentes
(b) para cada componente do patrimônio líquido, os efeitos da aplicação retrospectiva ou correção retrospectiva reconhecida de acordo com a Seção 10 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;	Estes itens decorrem do reconhecimento de efeitos da aplicação de novas práticas contábeis que exijam aplicação retrospectiva e eventuais ajustes de exercícios anteriores decorrentes de distorções nas demonstrações contábeis divulgadas anteriormente.
(c) para cada componente do patrimônio líquido, a conciliação entre o saldo no início e no final do período, evidenciando separadamente as alterações decorrentes:	Este item é a movimentação de cada conta ou grupo de contas do PL durante o exercício.

(i) do resultado do período;	
(ii) de outros resultados abrangentes;	
(iii) dos valores de investimentos realizados pelos sócios e dividendos e outras distribuições para eles na sua capacidade de sócios, demonstrando separadamente ações ou quotas emitidas de transações com ações ou quotas em tesouraria; de dividendos e outras distribuições aos sócios; e de alterações nas participações em controladas que não resultem em perda de controle.	

4. Quais informações devem ser divulgadas na DLPA?

Caso seja divulgada separadamente, a DLPA deve conter as seguintes informações:

- a. lucros ou prejuízos acumulados no início do período contábil;
- b. ajustes nos lucros ou prejuízos acumulados em razão de correção de erros de períodos anteriores;
- c. ajustes nos lucros ou prejuízos acumulados em razão de mudanças de práticas contábeis;
- d. dividendos ou outras formas de lucro declarados e pagos ou a pagar durante o período;
- e. Outros resultados abrangentes que afetaram lucros ou prejuízos acumulados;

- f. resultado do exercício;
- g. destinação do resultado do exercício; e
- h. lucros ou prejuízos acumulados no fim do período contábil.

5. Há modelo padronizado para a DMPL e a DLPA?

Não há modelo padronizado. Para fins ilustrativos, seguem modelos:

EMPRESA XYZ						
DMPL - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
	Nota	Capital	Reservas	Lucros Acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2.017		22.000				22.000
Lucro líquido				27.681		27.681
Destinações:						-
Reservas			3.480	(3.480)		-
Dividendos				(13.801)		(13.801)

Saldo em 31 de dezembro de 2.017		22.000	3.480	-	-	25.480
Custo atribuído - ICPC 10	11				5.000	5.000
Tributos diferidos	11				(1.700)	(1.700)
Capitalização de reservas		2.230	(2.230)			-
Integralização em dinheiro		1.300				1.300
Integralização em bens		2.000				2.000
Capitalização de dívidas		1.850				1.850
Ajuste de Instrumentos Financeiros					87	87
Reclassificação de Instrumentos Financeiros					(43)	(43)
Variação cambial de Investimentos no exterior	10				217	217
Lucro líquido				22.723		22.723

Destinações:						-
Reservas = 15%			3.408	(3.408)		-
Dividendos				(19.315)		(19.315)
Saldo final em 31 de dezembro de 2.018		29.380	4.658	-	3.561	47.256

EMPRESA XYZ

DLPA - DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PRE- JUÍZOS ACUMULADOS

	Nota	Lucros Acumulados
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2.017		
Lucro líquido		27.681
Destinações:		
Reservas		(3.480)
Dividendos		(13.801)

Saldo em 31 de dezembro de 2.017		-
Lucro líquido		22.723
Destinações:		
Reservas = 15%		(3.408)
Dividendos		(19.315)
Saldo final em 31 de dezembro de 2.018		-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Seção 7

Demonstração dos Fluxos de Caixa

1. Qual objetivo da DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa?

A DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa tem o objetivo de informar aos usuários o desempenho da entidade durante o período pelos fluxos de caixa, ou seja, recebimentos e pagamentos e as alterações no caixa e equivalentes de caixa da entidade, evidenciando separadamente as mudanças nas atividades operacionais, nas atividades de investimento e nas atividades de financiamento.

2. O que deve ser classificado como Caixa e Equivalentes de Caixa?

O termo Caixa compreende numerário em espécie (dinheiro) e depósitos bancários disponíveis (contas correntes de livre movimentação). Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Não há um prazo definido para classificar as aplicações financeiras como equivalentes de caixa. O prazo usualmente aplicado é 90 dias da data da aplicação.

Contas bancárias com saldo negativo, caso representem efetivamente fontes de financiamento para a entidade devem ser classificadas como passivos financeiros.

Contas bancárias com saldo negativo esporádico de pequeno valor devem ser considerados como equivalentes de caixa.

3. Como os recebimentos e pagamentos devem ser classificados?

Os recebimentos e pagamentos devem ser classificados de acordo

com a natureza da operação, como segue:

- **Atividades operacionais** – recebimentos e pagamentos decorrentes das operações da empresa com clientes, fornecedores, colaboradores, prestadores de serviços e outros.
- **Atividades de investimento** – recebimentos e pagamentos decorrentes de atividades relacionadas com a compra de imobilizado, participações societárias e intangíveis.
- **Atividades de financiamento** – recebimentos e pagamentos decorrentes de fontes de financiamento dos sócios e de terceiros.

4. O que deve ser apresentado no Fluxo das Atividades Operacionais?

O Fluxo de Caixa das Atividades operacionais deve apresentar os recebimentos e pagamentos decorrentes das atividades geradoras de receitas.

A norma apresenta os seguintes exemplos de recebimentos e pagamentos que decorrem das atividades operacionais:

- (a) recebimentos de caixa pela venda de mercadorias e pela prestação de serviços;
- (b) recebimentos de caixa decorrentes de royalties, honorários, comissões e outras receitas;
- (c) pagamentos de caixa a fornecedores de mercadorias e serviços;
- (d) pagamentos de caixa a empregados e em conexão com a relação empregatícia;
- (e) pagamentos ou restituição de tributos sobre o lucro, a menos que possam ser especificamente identificados com as atividades de

financiamento ou de investimento;

(f) recebimentos e pagamentos de investimento, empréstimos e outros contratos mantidos com a finalidade de negociação, que são similares aos estoques adquiridos especificamente para revenda.

O item f é aplicável a instituições financeiras cuja atividade operacional consiste na aplicação e captação de recursos financeiros.

5. O que deve ser apresentado no Fluxo das Atividades de Investimentos?

O Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos deve apresentar os recebimentos e pagamentos decorrentes das atividades de aquisição ou alienação de ativos de longo prazo e outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.

A norma apresenta os seguintes exemplos de fluxos de caixa que decorrem das atividades de investimento:

(a) pagamentos de caixa para aquisição de ativo imobilizado (incluindo os ativos imobilizados construídos internamente), ativos intangíveis e outros ativos de longo prazo;

(b) recebimentos de caixa resultantes da venda de ativo imobilizado, intangível e outros ativos de longo prazo;

(c) pagamentos para aquisição de instrumentos de dívida ou patrimoniais de outras entidades e participações societárias em empreendimentos controlados em conjunto (exceto desembolsos referentes a títulos considerados como equivalentes de caixa ou mantidos para negociação ou venda);

(d) recebimentos de caixa resultantes da venda de instrumentos de dívida ou patrimoniais de outras entidades e participações societárias em empreendimentos controlados em conjunto (exceto recebi-

mentos referentes a títulos considerados como equivalentes de caixa ou mantidos para negociação ou venda);

- (e) adiantamentos de caixa e empréstimos concedidos a terceiros;
- (f) recebimentos de caixa por liquidação de adiantamentos e amortização de empréstimos concedidos a terceiros;
- (g) pagamentos de caixa por contratos futuros, contratos a termo, contratos de opção e contratos de swap, exceto quando tais contratos forem mantidos para negociação ou venda, ou os pagamentos forem classificados como atividades de financiamento;
- (h) recebimentos de caixa derivados de contratos futuros, contratos a termo, contratos de opção e contratos de swap, exceto quando tais contratos forem mantidos para negociação ou venda, ou os recebimentos forem classificados como atividades de financiamento.

6. O que deve ser apresentado no Fluxo das Atividades de Financiamentos?

O Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento deve apresentar os recebimentos e pagamentos decorrentes das atividades de captação de recursos dos proprietários e distribuição de lucros e captação e amortização de empréstimo.

A norma apresenta os seguintes exemplos de fluxos de caixa que decorrem das atividades de financiamento:

- (a) caixa recebido pela emissão de ações ou quotas ou outros instrumentos patrimoniais;
- (b) pagamentos de caixa a investidores para adquirir ou resgatar ações ou quotas da entidade;
- (c) caixa recebido pela emissão de debêntures, empréstimos, títulos

de dívida, hipotecas e outros empréstimos de curto e longo prazos;

(d) pagamentos para amortização de empréstimo;

(e) pagamentos de caixa por um arrendatário para redução do passivo relativo a arrendamento mercantil (leasing) financeiro.

As atividades de financiamento não devem ser confundidas com atividades financeiras que abrangem as atividades de financiamento e outras atividades financeiras como pagamentos e recebimentos em geral.

7. Quais as alternativas para divulgação do Fluxo de Caixa das Atividades operacionais?

O Fluxo de Caixa das Atividades de operacionais pode ser apresentado pelo Método Direto e pelo Método Indireto.

O Método Direto apresenta todos os recebimentos e pagamentos decorrentes das atividades operacionais e o efeito líquido, acréscimo ou decréscimo no saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa.

O Método Indireto apresenta o Resultado Contábil ajustado pelas receitas e despesas que não afetaram o fluxo de caixa, as receitas e despesas decorrentes de atividades de investimento e de financiamento e as variações nos direitos e obrigações decorrentes das atividades operacionais.

Apesar de complexo, o Método Indireto é mais fácil de ser elaborado, pois abrange informações que estão na Demonstração do Resultado e as variações de saldos de direitos e obrigações que estão no Balanço Patrimonial.

O Método direto é mais fácil de ser interpretado, porém é mais trabalhoso, pois exige o rastreamento e classificação de todos os recebimentos e pagamentos ocorridos ao longo do período.

Ambos os métodos são alternativos e apresentam o mesmo efeito no saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa. Entretanto, caso a entidade opte pela divulgação pelo Método Direto a norma incentiva a apresentação em Nota Explicativa da conciliação entre o resultado líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais. Essa conciliação é o Método Indireto que evidencia a relação entre o Resultado do Exercício e os fluxos de caixa.

Para os Fluxos das Atividades de Investimentos e de Financiamentos só há a alternativa do Método Direto.

8. Quais operações merecem atenção especial para identificação do fluxo de caixa que devem ser classificadas?

Algumas operações requerem atenção especial para a devida classificação. A norma elenca as seguintes operações:

Divulgação dos fluxos de caixa das atividades de investimento

Os recebimentos e pagamentos decorrentes da aquisição ou alienação de controladas ou outras unidades de negócios devem ser apresentados separadamente e classificados como atividades de investimento.

Divulgação dos fluxos de caixa das atividades de financiamento

A entidade deve apresentar separadamente as principais classes de recebimentos brutos e de pagamentos brutos decorrentes das atividades de financiamento indicando o destino dos recursos captados.

Fluxos de caixa em moeda estrangeira

Os recebimentos e pagamentos decorrentes de operações em moeda estrangeira devem ser apresentados nos fluxos de caixa pelo valor em moeda local convertidos pela taxa de câmbio da data de cada operação.

Os saldo de direitos e obrigações em moeda estrangeira existentes na data do balanço devem ser convertidos para a moeda local com base na taxa de câmbio vigente na data do balanço e os ajustes apropriados no resultado financeiro do período.

As variações cambiais não realizadas financeiramente não integram os fluxos de caixa.

Juros e dividendos pagos

A entidade pode classificar os juros pagos de acordo com a destinação dos recursos como fluxos de caixa operacionais porque eles estão incluídos no resultado e alternativamente como fluxos de caixa de financiamento e fluxos de caixa de investimento porque são custos de obtenção de recursos financeiros para investimentos.

Juros e dividendos recebidos

A entidade pode classificar os juros e dividendos e outras distribuições de lucro recebidos como fluxos de caixa operacionais porque eles estão incluídos no resultado. Alternativamente, a entidade pode classificar os juros e dividendos e outras distribuições de lucro recebidos como fluxos de caixa de investimento porque representam o retorno sobre investimentos.

Tributos sobre o lucro

A entidade deve apresentar separadamente os fluxos de caixa derivados dos tributos sobre o lucro e deve classificá-los, de acordo com as atividades que geraram os tributos, como fluxos de caixa das atividades operacionais ou como atividades de investimento e financiamento.

Transação que não envolve caixa

As transações que não envolvem caixa não devem ser apresentadas

na demonstração dos fluxos de caixa porque o objetivo dessa demonstração é apresentar somente transações que envolvem fluxos de caixa no período corrente.

E a norma apresenta os seguintes exemplos de transações que não envolvem o caixa:

- (a) aquisição de ativos assumindo diretamente o passivo relacionado ou por meio de arrendamento;
- (b) aquisição de entidade por meio de emissão de ações;
- (c) conversão de dívida em capital.

9. Há modelo padronizado para a Demonstração dos Fluxos de Caixa?

Não há modelo padronizado. A seguir serão apresentados modelos ilustrativos com detalhamento maior que o exigido pela norma para facilitar a interpretação.

EMPRESA XYZ			
Desempenho pelos Fluxos de Caixa			
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de:			
Fluxo de caixa proveniente:	Nota	2018	2017
Das atividades operacionais - Método Direto			
Recebido de clientes		250.560	238.032
Pagamentos a fornecedores		(65.220)	(61.959)
Pagamento de impostos		(52.370)	(49.752)
Pagamento de salários		(49.200)	(46.740)
Pagamento antecipado de seguros		(245)	(233)
Pagamento de contas		(70.300)	(66.785)
Pagamento de garantias		(961)	(913)
Pesquisa de novos produtos		(127)	(121)
Caixa gerado pelas operações	23	12.137	11.530
Pagamento de IRCS		(3.230)	(3.069)
Pagamento de aluguel		(3.980)	(3.781)

Adiantamentos diversos		390	371
Despesas financeiras - Desconto de duplicatas		(9.440)	(8.968)
Dividendos recebidos – Coligadas		1.700	1.615
Fluxo de caixa das atividades operacionais		(2.423)	(2.302)
Das atividades de investimentos			
Receitas Financeiras - Aplicações Financeiras		750	713
Aplicações em Instrumentos financeiros		420	399
Novos empréstimos a coligadas - mútuo		1.710	1.625
Receita da venda de imobilizado descontinuado		660	627
Receita de dividendos (Método de custo)		285	271
Aquisições de investimentos	10	(2.120)	(2.015)
Adições de imobilizado - compras	11	(7.593)	(7.213)
Pagamento de arrendamento financeiro		(1.460)	(1.387)
Despesas financeiras - Leasing		(146)	(139)
Aquisições de intangível	12	(2.105)	(2.000)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		(9.599)	(9.119)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Integralização de capital em dinheiro		1.300	1.235
Pagamento de Juros sobre o capital próprio		(735)	(698)
Pagamento de dividendos		(890)	(846)
Novos empréstimos de curto prazo - R\$	15	16.970	14.122
Pagamentos de empréstimos de curto prazo - R\$	15	(10.788)	(10.249)
Desconto de duplicatas	15	17.300	6.215
Emissão de debêntures	19	1.200	1.140
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		24.357	10.919
Aumento (Diminuição) líquido no caixa e equivalentes		12.335	(502)
Saldo inicial de caixa e equivalentes	4	5.608	6.110
Saldo final de caixa e equivalentes	4	17.943	5.608
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações Financeiras			

Nota 23 Reconciliação do lucro contábil com o fluxo de caixa		
Método Indireto		
Fluxo de caixa proveniente:	2018	2017
Das atividades operacionais - Método Indireto		
Lucro das atividades continuadas antes do IRCS	31.180	29.621
Lucro das atividades descontinuadas antes do IRCS	170	162
Lucro líquido do exercício antes do IRCS	31.350	29.783
Despesas (Receitas) Operacionais não Financeiras		
Depreciações e amortizações	6.585	6.256
Devedores duvidosos	1.866	1.773
Despesas financeiras	8.444	8.022
Receitas financeiras	(923)	(877)
Despesas de aluguel	3.820	3.629
Resultado com investimentos	(1.525)	(1.449)
Resultado com imobilizado	(510)	(485)
Lucro líquido financeiro operacional -	49.107	46.652
(Acréscimo) Decréscimo em ativos operacionais		
Clientes	(29.490)	(28.016)
Perdas com devedores duvidosos	(1.250)	(1.188)
Estoques - Acabados	(5.800)	(5.510)
Estoques - Processo	(14.200)	(13.490)
Estoques - Materiais	(6.300)	(5.985)
Seguros antecipados	25	24
	(57.015)	(54.164)
Acréscimo (Décrécimo) em passivos operacionais		
Fornecedores	14.210	13.500
Salários a pagar	2.544	2.417
Contas a pagar	480	456
Provisão para garantias	391	371
Impostos a recolher	2.420	2.299
	20.045	19.043
Caixa gerado pelas operações	12.137	11.530

Seção 8

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. Qual o objetivo das Notas Explicativas?

Como o nome indica, as Notas Explicativas tem o objetivo de possibilitar aos usuários a interpretação dos dados constantes das Demonstrações Contábeis fornecendo descrições narrativas e detalhes de itens apresentados nessas demonstrações e informações acerca de itens que não se qualificam para reconhecimento nessas demonstrações.

Portanto, o objetivo geral é tornar as Demonstrações Contábeis o mais compreensível possível para os usuários externos que não tem acesso direto às informações da entidade.

2. Qual o conteúdo das Notas Explicativas?

A norma determina que as notas explicativas devem:

- (a) apresentar informações acerca das bases de elaboração das demonstrações contábeis e das práticas contábeis específicas utilizadas;
- (b) divulgar as informações exigidas por esta Norma que não tenham sido apresentadas em outras partes das demonstrações contábeis; e
- (c) prover informações que não tenham sido apresentadas em outras partes das demonstrações contábeis, mas que sejam relevantes para compreendê-las.

Como visto, o conteúdo das Notas Explicativas deve prover o usuário de informações complementares às Demonstrações Contábeis que

permitam sua interpretação e análise e, conseqüentemente, decisões devidamente fundamentadas.

3. Há uma ordem para apresentação das Notas Explicativas?

Sim, a entidade normalmente apresenta as notas explicativas na seguinte ordem:

- (a) declaração de que as demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com esta Norma;
- (b) resumo das principais práticas contábeis utilizadas;
- (c) informações de auxílio aos itens apresentados nas demonstrações contábeis, na ordem em que cada demonstração é apresentada, e na ordem em que cada conta é apresentada na demonstração; e
- (d) quaisquer outras divulgações.

Geralmente, as Notas Explicativas são apresentadas na seguinte ordem:

Nota 1 – Contexto Operacional

Nota 2 – Apresentação da Demonstrações Contábeis com declaração de responsabilidade, aprovação, conformidade e alerta sobre as estimativas.

Nota 3 – Principais práticas contábeis

Nota 4 em diante – Detalhes do itens das Demonstrações Contábeis em ordem sequencial das Demonstrações Contábeis e dos itens nelas constantes. Por exemplo:

Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

Nota 5 – Títulos Valores Mobiliários

Nota 6 – Contas a receber de clientes

Nota 7 – Estoques

Após as notas relativas aos itens das Demonstrações Contábeis, a en-

tidade deve divulgar outras informações relevantes, tais como:

Nota – Exposição a risco

Nota – Ativos e Passivos contingentes

Nota – Ameaças a continuidade operacional

4. É necessário apresentar Nota Explicativa para todos os itens das Demonstrações Contábeis?

Não. É necessário apresentar Nota Explicativa para todos os itens considerados relevantes.

A relevância está diretamente relacionada à importância e influência que a informação poderá ter nas decisões dos usuários externos.

No julgamento da relevância a administração deve aplicar o conceito de Neutralidade, ou seja, nada deve ser informado ou deixado de informar com o objetivo de influenciar as decisões dos usuários.

Para facilitar a identificação das Notas Explicativas deve haver referência nos itens das Demonstrações Contábeis com o número da respectiva Nota Explicativa. Por exemplo:

5. Há um modelo padrão de Notas Explicativas?

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de:	NOTA	2018	2017
ATIVO			
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes	4	17.943	5.608
Títulos e Valores Mobiliários	5	2.151	2.354
Contas a Receber de Clientes	6	45.386	16.512
Estoques	7	31.650	5.350
Outros Ativos		1.855	2.270
Total do Circulante		98.985	32.094

Não. Cada entidade deve redigir as Notas Explicativas de acordo com suas atividades e relevância das informações. Para fins ilustrativos, a seguir serão apresentados exemplos das principais Notas Explicativas.

Nota 01 – Contexto Operacional

A Empresa Smart Óleo é uma sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Atibaia, Estado de São Paulo e tem como principais operações os serviços de lubrificação automotiva e a comercialização de lubrificantes e filtros de automóveis.

Nota 02 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

(a) Autorização da divulgação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 201B e 201A estão sendo apresentadas em Reais (R\$) e foram autorizadas pela administração no dia 10 de fevereiro de 201C.

(b) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base: a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

(c) Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativas e premissas que afetem os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das Demonstrações contábeis, bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício. Os resultados reais podem ser diferentes dessas estimativas.

Nota 03 – Sumário das Principais Práticas Contábeis

(a) Conversão de Operações em Moeda Estrangeira e Moeda Funcional

Os direitos e obrigações monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos às taxas de câmbio vigentes na data das Demonstrações contábeis. As receitas de vendas, custo e despesas denominadas em moedas estrangeiras são convertidas pela taxa média de câmbio do mês de suas ocorrências. A moeda funcional da empresa é o Real (R\$).

(b) Caixa e Equivalentes de Caixa

As aplicações a curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimentos superiores há 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos a curto prazo.

(c) Contas a Receber

Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de ajustes para cobrir eventuais perdas na sua realização. Os valores são ajustados a valor presente quando o efeito é considerado relevante.

O ajuste para créditos de liquidação duvidosa é mensurado em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas estimadas na realização desses créditos. O valor estimado do ajuste para créditos de liquidação duvidosa pode ser modificado em função das expectativas da Administração com relação à possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes.

(d) Estoques

Os estoques estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção e demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou produção e os valores de realização. Quando aplicável, é constituído ajuste para estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

(e) Não Circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das Demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

(f) Imobilizado

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação.

A NBC TG 1000 PME requer que seja realizada avaliação da recuperação de todos os itens integrantes deste subgrupo sempre que houver indício de perda, visto que nenhum item deve permanecer registrado por valor maior que o valor de realização, seja pela venda ou pelo uso. A Empresa realizou análise de indícios de perda no valor recuperável do ativo imobilizado no último trimestre de 2018 e não identificou a necessidade da realização de avaliação da recuperação do valor desses bens.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se

o valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

(g) Intangível

Os ativos intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos.

(h) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Impairment)

A Administração analisa anualmente se há evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperável. Caso se identifique tais evidências, a Administração estima o valor recuperável do ativo. Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, a Administração reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (deterioração). Se não for possível determinar o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

(i) Arrendamento Mercantil

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa do controle, dos riscos e benefícios dos bens arrendados são do arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os demais são classificados como financeiros e contabilizados como financiamentos. Os encargos dos arrendamentos são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

(j) Benefícios a Empregados

Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

(k) Impostos Diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos e nos prejuízos fiscais do Imposto de Renda e na base de cálculo negativa de Contribuição Social Sobre o Lucro na medida em que foi considerada provável sua realização contra resultados tributáveis futuros. Se a Empresa XYZ não for capaz de gerar lucros tributáveis futuros, ou se houver uma mudança significativa no tempo necessário para que os impostos diferidos sejam dedutíveis, a Administração avalia a necessidade de constituir provisão para perda desses impostos diferidos.

(l) Valor Presente de Ativos e Passivos de Longo Prazo

Os ativos e passivos de longo prazo são, quando aplicável, ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da Empresa.

(m) Provisão para Perdas Prováveis com Litígios

Provisões são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas

demonstrações contábeis, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate destes depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a empresa.

(n) Receitas e Despesas

A Empresa tem como prática a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento das receitas e despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. As receitas são consideradas realizadas quando a entidade transfere para seus clientes os riscos, controle e benefícios mais significativos sobre os bens comercializados. As receitas de serviços são reconhecidas na medida em que os serviços são efetivamente prestados.

Nota 04 – Caixa e Equivalentes de Caixa

	2018	2017
Caixa	500	100
Depósitos Bancários	12.015	308
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	5.430	5.200
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	17.943	5.608

Todas as aplicações financeiras de liquidez imediata foram efetuadas em investimento de baixo risco, com prazo de vencimento de até 90 dias da data da aplicação.

	2018	2017
Aplicações financeiras destinadas a negociação	794	
Aplicações financeiras disponíveis para venda	1.357	2.354
Total de Títulos e Valores Mobiliários	2.151	2.354

Nota 05 – Títulos e Valores Mobiliários

As aplicações são feitas em títulos públicos e estão avaliadas pelo seu valor justo de acordo com a cotação no mercado financeiro e rendem juros iguais a TJLP – Taxa de Juros a Longo Prazo.

	Saldos		Saldos Vencidos		Total	
	Vincendos	Até 90 dias	Há mais de 90 dias	2018	2017	
Duplicatas a receber	38.320	7.250	1.080	46.650	17.160	
Ajuste para créditos de liquidação duvidosa				(1.264)	(648)	
Total a receber				45.386	16.512	

Nota 06 – Contas a Receber de Clientes

Os valores a receber são provenientes de vendas de produtos, mercadorias e serviços e estão registrados no ativo circulante.

O ajuste para créditos de liquidação duvidosa foi mensurado e re-

conhecido a partir da experiência da Administração da Empresa em relação ao histórico das perdas efetivas e é considerado pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas que possam

	2018	2017
Produtos Acabados	9.080	3.280
Produtos em Elaboração	15.070	870
Matérias-Primas	7.500	1.200
Total de Estoques	31.650	5.350

ocorrer na realização financeira dos créditos a receber.

Nota 07 - Estoques

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores estimados de realização.

Não há estoques vinculados a garantias de empréstimos.

Nota XX – Continuidade operacional

C companhia incorreu no prejuízo de R\$ ZZZ mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 20X1 e, nessa data, o passivo circulante da companhia excedeu o total do ativo em R\$ YYY mil. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da companhia.

Nota XY Eventos subsequentes

Na data de 20 de janeiro de 2019, ocorreu um grave incêndio nas dependências da Empresa X e isso interrompeu o processo de produção

por uma semana. A Empresa já tomou as providências cabíveis para sanar os problemas. Os bens sinistrados estavam devidamente cobertos por seguro.